

MARIA ESTER VIEGAS



"COLEGIADOS TERRITORIAIS"

DINÂMICA DE PARTICIPAÇÃO
PÚBLICA NOS PROCESSOS DE
DECISÃO POLÍTICA COM
INCIDÊNCIA TERRITORIAL



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

universidade de aveiro



govcopp

unidade de investigação em governança,
competitividade e políticas públicas



Casa Leiria

Este trabalho foi apoiado pela
Unidade de Investigação em
Governança, Competitividade e
Políticas Públicas (UIDB/04058/2020)
+ (UIDP/04058/2020), financiada
por fundos nacionais através da
Fundação para a Ciência e a
Tecnologia, I.P.

This work was financially
supported by the Research Unit on
Governance, Competitiveness and
Public Policies (UIDB/04058/2020)
+ (UIDP/04058/2020), funded
by national funds through FCT
- Fundação para a Ciência e a
Tecnologia.

ISBN 978-85-9509-085-9

DOI 10.29327/5242463

Maria Ester Viegas

"Colegiados Territoriais"

Dinâmica de participação pública nos processos
de decisão política com incidência territorial

Casa Leiria
São Leopoldo/RS, Brasil
2023

“Colegiados Territoriais”: dinâmica de participação pública nos processos de decisão política com incidência territorial.

As fotografias da Praia da Vagueira, Vagos, Aveiro, Portugal são de Maria Ester Viegas.

V656c

Viegas, Maria Ester.

Colegiados territoriais: dinâmica de participação pública nos processos de decisão política com incidência territorial [recurso eletrônico] / por Maria Ester Viegas. - São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. il. color.

Disponível em: <<http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/cienciassociais/colegiadosterritoriais/index.html>>

DOI 10.29327/5242463

ISBN 978-85-9509-085-9

1. Geografia – Estudos de uma localidade – Aveiro – Portugal. 2. Geografia – Mapeamento – Desenvolvimento territorial. 3. Plano territorial de desenvolvimento – Região Aveirense – Portugal. 4. Redes Socioeconômicas – Arte Xávega – Pesca artesanal. I. Título.

CDU 908(469.33)

Catlogação na Publicação

Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos - CRM 10/973



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Sendo Portugal um país de costa, terra que o oceano embala, raras são na nossa literatura as obras que tratam do mar e dos seus homens, os pescadores. Por quê? Em primeiro lugar o decoro é formidável – mas monótono; depois os homens são é certo, cheios de poesia, mas humildes. A vida dos pobres, rude, obscura, dolorosa, é como a vida da terra que calcamos, grande, ignorada, simples e sem gritos.

Raul Brandão, *Os Pescadores*, p. 187.

Sumário

7	Agradecimentos
9	Introdução
19	Indicativos Teórico-metodológicos dentro da estratégia de desenvolvimento territorial, tendo os Colegiados Territoriais como referência
25	Colegiados territoriais a arte de envolver os habitantes do território
31	Arte Xávega na praia da Vagueira
41	Cotidiano e trabalho nos dias de Xávega na Praia da Vagueira
57	Iconografia do Relatório de Pós-Doutorado maio de 2017 a fevereiro de 2018
69	À guisa de conclusão...
73	Referências

Agradecimentos

Gostaria de iniciar agradecendo ao povo brasileiro na figura da Instituição Pública e gratuita que é a Universidade Federal de Alagoas. Sou filha da coisa pública. Meus estudos foram todos pagos pela máquina pública e hoje, enquanto professora da Universidade Federal de Alagoas, me sinto honrada em saber que posso contribuir mais ainda, ao construir, através desse pós-doutorado, uma condição de possibilidade de através de olhares de outras realidades para além do meu “rincão”, conhecimentos que possam ajudar a compreender melhor as relações que estão postas.

Agradeço também ao apoio na publicação desse e-book, à Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (UIDB/04058/2020) + (UIDP/04058/2020), financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Meus agradecimentos à Universidade de Aveiro, na pessoa do também professor Dr. Carlos Rodrigues, por ter me aceito no corpo de alunos da Instituição e por ter acreditado nas minhas inquietações enquanto pesquisadora.

Agradecendo sempre aos meus filhos, Pedro e Virgínia, pelas palavras de coragem e incentivo e ao meu esposo, Georges Viegas, pela companhia, pelo carinho e por estar sempre presente em minha vida.

Aos pescadores da Arte Xávega por me proporcionar um grande aprendizado sobre resistência, resiliência e sobrevivência humana.

Praia da Vagueira, Portugal, fevereiro de 2018.

Introdução



A oportunidade de pós-doutorado é talvez a mais rica dentro de todo processo da pós-graduação. É no pós-doutorado que ocorre de fato a maturação dos interesses de pesquisas. Como pesquisadora, a minha formação em Geografia com mestrado e Doutorado na área de concentração de Ordenamento Territorial, com o recorte metodológico nos territórios rurais me experienciou a fazer do lugar (a menor escala gráfica e social), o local onde as contradições do território se revelam, como também o amadurecimento de uma concepção de território enquanto espaço de identidade e mobilização política. A proposta inicial do projeto de pós-doutoramento era a discussão sobre a importância da Universidade como mediadora na construção dos colegiados territoriais¹.

1 A proposta de pós-doutoramento surge da experiência de trabalho na equipe do professor Dr. Cicero Albuquerque, Coordenador Geral do Projeto do Projeto do CNPq demandado pela Chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014. Tal Edital demandava, entre outros objetivos, a implantação de Núcleo de

Após a chegada em Aveiro e interagir com o local, resolvi enveredar por uma abordagem etnogeográfica descrevendo o fenômeno da Arte Xávega, na praia da Vagueira no território aveirense, onde a presença da água é abundante e propicia atividades muito particulares e que dão ao lugar características marcantes². As atividades da Arte Xávega em Aveiro se reproduzem em poucos municípios. Atividade abundante no país há séculos, foi responsável em grande parte pelo povoamento, ocupação e criação de cidades. Hoje se constitui em atividade residual em alguns municípios. Convém ressaltar que tal atividade de pesca é única no mundo, somente acontecendo atualmente em Portugal.

Ao presenciar um dia de pesca de Arte Xávega, vieram as indagações:

- Quem são essas pessoas, homens e mulheres que se lançam ao mar cotidianamente, utilizando uma imensa rede e um trator mar adentro?
- Como se organizam dentro do território?
- Quais seriam as dificuldades enfrentadas por eles no exercício da atividade?
- Porque não exercem a atividade durante todo ano, somente no verão?

Extensão em Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo a constituição dos Colegiados Territoriais no território uma das ferramentas essenciais para a realização de tal objetivo. O projeto demandava ainda a construção de dois novos territórios rurais no estado de Alagoas, sendo, portanto, a categoria do território a mediação essencial para as demais discussões dentro da viabilização do projeto. Convém ressaltar que tal projeto se caracterizava por natureza em primeira mão como um projeto de extensão universitária, o que demandava uma intensa atividade de campo, para conhecimento do local a ser discutido.

- 2 É importante colocar que a ideia original da pesquisa com enfoque nos colegiados territoriais permanece e atravessou toda a construção teórica do relatório de Pós-Doc. O pequeno recorte na abordagem etnográfica da Arte Xávega é um pressuposto estratégico para o conhecimento dessa arte no município de Vagos. Aliás, o conhecimento do lugar e seus utentes é uma das premissas básicas daqueles que usam o Território como categoria de mediação para esse conhecimento.

Tais indagações não foram totalmente respondidas, porém tenho o sentimento de ter conseguido entender a dinâmica dos “pescadores de Arte Xávega” e sua importância na construção da identidade do aveirense, através do município de Vagos.

Os conceitos utilizados para tal construção etnográfica do lugar estão intimamente ligados aos colegiados territoriais, porém foi imperativo utilizar, além do conceito base de discussão de quem trata com coletividades - o território - usar também o conceito de “cotidiano” para que assim pudesse melhor me aproximar de uma realidade antes desconhecida para mim, mas profundamente instigante, a ponto de me desviar do foco inicial da pesquisa. A escala de utilização das análises utilizada foi atrelada ao viés identitário, enfatizando que tal recorte não impediu de dialogar com outras questões pertinentes a discussão e que somente alçando o olhar a nível de grandes escalas poderemos entender o que acontece verdadeiramente no “local”. Convém ressaltar que não pretendo aqui fazer uma análise sobre a situação da pesca artesanal em Portugal, mas antes escrever através de um olhar etnogeográfico os desafios de se viver do trabalho artesanal em tempos hodiernos. Discutir a produção dos pescadores, a relação entre essas populações humanas e seu território exige uma discussão mais aprofundada, especialmente junto às Comunidades Tradicionais.

No território existe um grande número de atores sociais que pertence ao setor público e privado além da sociedade civil; os atores da decisão são múltiplos, e assim se faz necessário entender que é primordial sair da visão unicista do território para uma visão mais plural, estando nos colegiados territoriais essa condição de possibilidade de alargamento e ampliação dos “sujeitos públicos”, nas questões de interesse coletivo. A presença da Universidade enquanto articuladora dessa condição da formação do Colegiado territorial nos locais onde está inserida, nos permite repensar a condição dos atores sociais que estão agindo no território e que tem a sua visibilidade minimizada, dentro das escalas de poder que o

território plasma. No caso em questão os agricultores familiares, as mulheres e os povos tradicionais (ribeirinhos, caiçaras, pescadores, marisqueiros, artesãos, povos indígenas, povos quilombolas) são o foco de atenção da Universidade, no entendimento de que eles precisam estar representados nas câmaras temáticas dentro dos colegiados e se fazer presente nas discussões que envolvem a dinâmica territorial. A definição dos territórios envolve um projeto de intervenção política e de definições de políticas públicas a partir das necessidades e potencialidades regionais.

O Território Pesqueiro é também uma novidade para as comunidades pescadoras. O território das terras e das águas é objeto de desejo do capital, da especulação imobiliária e do avanço de grandes projetos governamentais, provocado pelo atual modelo econômico, que proporciona a exclusão destas camadas da população, sua cultura e seus conhecimentos tradicionais.

A apropriação concreta do espaço dá origem ao território, e a territorialização do espaço se dá através da projeção de redes, canais, informações, tecnologias, que revelam relações marcadas pelo poder. E a Universidade, sendo um desses segmentos, precisa estar inserida no entorno do local em que está instalada. A abordagem territorial traz implícita uma aposta nas virtudes da mobilização e no fortalecimento de laços de proximidade entre agentes sociais (empresas, universidades, sindicatos de trabalhadores, parlamentares, associações de produtores, funcionários públicos e sociedade civil organizada), valorizando, portanto, a dimensão institucional do processo de construção de trajetórias exitosas de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional. Só uma visão compartilhada do desenvolvimento rural e das atividades econômicas tradicionais que evidencie de forma clara e simples uma política capaz de realizá-lo, vai encontrar sinergias para uma avaliação e valorização real dos territórios rurais e dos povos tradicionais, a sua diversidade e as suas especificidades.

É exatamente dentro das constituições dos colegiados enquanto instância de poder dentro dos territórios que a proposta de Pós-Doc está sendo executada, pensar os Colegiados Territoriais como uma forma de acompanhamento das políticas públicas que são objetivadas no território é entender que o Território, é a própria sociedade em movimento, a complexidade do tecido social que constitui os territórios é imensa e uma das premissas básicas para entendê-lo é procurar conhecer o lugar e seus sujeitos.

Falar em território é falar em relações que se estabelecem cotidianamente entre os indivíduos e entre estes e o próprio território. Os territórios são de extrema importância para aqueles que estão imersos no universo dos povos ditos “tradicionais”, pois, é neste que se gestam todas as suas relações de vida e trabalho e não há como negar a construção da mais-valia construída indiretamente pelos trabalhadores rurais quilombolas, pelos pescadores artesanais, pelos ribeirinhos, pelos artesãos, que vendem seu dia de trabalho por um valor que não cobre as suas despesas diárias de sobrevivência. Assim, o território que comumente nas discussões sobre os povos tradicionais são carregados de elementos simbólicos que sustentam a sua identidade se tornam territórios de miséria e opressão, e poucos são os escritos que abordam esse lado perverso que existe nas atividades dos trabalhadores artesanais.

Muitas dessas atividades são vistas como atividades de “festa”, atividades turísticas e meramente identitárias, sem no entanto revelar as contradições que esses territórios encerram em seu cotidiano, o que nos leva a refletir sobre a posição em que se encontram dentro do OT (Ordenamento Territorial), os negros rurais, pescadores artesanais, artesãos, ribeirinhos; aqueles que dispendem esforço diariamente para, na maioria das vezes, quicá conseguir apenas o produto necessário à subsistência de sua família.

Diante disso, cabe levantar algumas indagações:

- Esses trabalhadores artesanais da pesca, ou de qualquer outra atividade tradicional, estão sendo contemplados em reconhecimento e direitos dentro do que se chama de classe trabalhadora?
- São estes considerados dentro do aporte teórico crítico como trabalhadores?
- Se não, como denominar tais práticas cotidianas que os fundam como seres sociais e que sem as quais, seria o mesmo que retirar suas identidades?
- Existe uma legislação adequada as características específicas de suas atividades?

Convém ressaltar que reflexões como essas são bastante pertinentes e precisam ser trazidas, problematizadas continuamente e levadas para as salas de aulas e grupos de discussão. Porém, elas precisam voltar para a comunidade e serem compreendidas por esta também, pois é primordial que a classe trabalhadora consiga alcançar a consciência de classe para si e que a partir de então, possa se organizar politicamente para que se representem dentro e fora da comunidade a fim de alcançar, através de posicionamentos políticos e lutas para a conquista de direitos, reconhecimento e valorização do seu trabalho. É fundamentada em Antunes (2005), a ideia de que o trabalho precisa ser dotado de sentido a partir da arte, literatura, música, tempo livre, ócio, que o ser social conseguirá alcançar o patamar de humanização e emancipação no que toca ao seu sentido mais profundo. E, pensando dessa forma, conseguimos perceber que se o trabalho passa de alienado a autônomo, autodeterminado capaz de possibilitar condições para que haja uma subjetividade autêntica e emancipada desses seres sociais.

Só a partir de um trabalho onde o indivíduo se reconheça como produtor e apropriador do produto final é que se pode pensar em uma sociedade emancipada, em seres sociais que possuem trabalhos e vidas dotadas de sentido. Pensar uma realidade em que o capital seja supérfluo e que o que predomine seja a ideia de um trabalho autônomo e produtor de coisas úteis pelo simples fato da necessidade objetiva dos

indivíduos e não pelas necessidades criadas por esse modo de produção capitalista, por vezes soa utópico. Realmente, pensar tudo isso dentro desse modelo societal é um tanto impossível, porém isso se faz possível num modelo de sociedade superior onde o trabalho ao reestruturar o ser social alcançará como consequência imediata a destruição desse modelo de produção vigente.

A intenção de analisar os conceitos de cotidiano e trabalho a partir de um estudo baseado em uma perspectiva que julgamos ser a que dê conta de desvelar essa realidade, é que norteia todo o trabalho, ao passo que acompanhamos como se dá a dinâmica social que envolve as duas categorias nesse recorte específico. Por fim, os fatos apreendidos no decorrer da pesquisa foram discutidos e problematizados dentro do que se revela como expressões da questão social que envolvem as relações de vida e trabalho, mediadas pela fundamentação teórica proposta. Feito isto, acredito ter criado condições de ampliar a discussão sobre o cotidiano e o trabalho em comunidades de pescadores artesanais, sabendo-se que esta pesquisa tem a proposta de contribuir com o cabedal de informações que dão solidez a atuação do profissional que a Universidade forma no entendimento que a totalidade se releva nas particularidades com que se revestem os diversos fenômenos sociais em que os indivíduos se inserem.

Em relação a caracterização da pesca artesanal denominada de Arte Xávega em Portugal foram consultados diversos autores, porém, muito me subsidiei nos escritos da dissertação de mestrado de MARQUES, Maria João, *Arte Xávega em Portugal - Uma Arte Secular em Decadência - Organização, caracterização e Declínio*. Porto Faculdade de Letras, onde a autora discute a situação da Arte Xávega no país, seu desenvolvimento e decadência, NUNES, Francisco Oneto, *Dois séculos de Arte Xávega Capitalismo, decadência e organização do trabalho*, onde discute a condição do trabalho dentro das modificações sofridas na sociedade portuguesa.

Ele toma como referencial muitas das atividades laborais que, em face de todas as mudanças com o avanço do capitalismo dentro das relações sociais de produção, ocasionaram nas relações entre as pessoas, principalmente em algumas atividades que hoje são tidas como um entrave ao desenvolvimento, entre elas Arte Xávega de pescar. Em seguida passei a definir objetivos que pudessem me fazer compreender a situação da pesca artesanal denominada de “*Arte Xávega*” na Praia da Vagueira os objetivos foram assim elencados: Descrever a pesca artesanal na praia da Vagueira; Estabelecer relações entre a ausência de políticas públicas que protejam os pescadores artesanais e o processo de (des) territorialização dos mesmos; Identificar no turismo uma atividade de incentivo ao processo de (des)territorialização das comunidades tradicionais de pescadores artesanais; Defender o trabalho da pesca artesanal como uma representação do trabalho útil, enquanto elemento fundante da sociabilidade humana.

Os dias de pesca da Xávega só eram possíveis quando o serviço meteorológico sinalizava positivamente. Quando as ondas estavam muito altas, os pescadores não trabalhavam. Nas semanas de maré alta a pesca não acontecia. Minha residência em Portugal foi na praia da Vagueira, na intenção de absorver o cotidiano e entender a dinâmica da atividade, através da observação. Residi no local de maio de 2017 até março de 2018, a atividade da pesca se concentrou nos meses julho a setembro, somente no verão. No ano de 2017 o verão na Vagueira foi quase um outono. As grandes rajadas de vento e as marés altas impediram que a pesca se realizasse todos os dias do verão.

O recurso da etnogeografia auxiliou na proximidade com o objeto pesquisado. A atividade da observação e posterior descrição da paisagem, foi um recurso muito utilizado pelos primeiros geógrafos. Vidal de La Blache foi um dos primeiros geógrafos humanísticos a organizar seus discursos sobre modo de vida, através do método descritivo. A descri-

ção é a antessala da discussão que envolve nossos objetos de pesquisa. Ela nos ampara na ausência de legitimidade em discursar sobre relações sociais em que nos inserimos como espectadores. Inferir sobre realidades que se assemelham, mas das quais não temos uma vivência sócio-histórica é um espaço movediço. A descrição nos deixa em terreno seguro, até que possamos com o envolvimento com o objeto, com o cerco ao objeto, nos sentirmos seguros para fazer afirmações em relação a estrutura da “coisa” em estudo.

INDICATIVOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS dentro da estratégia de desenvolvimento territorial, tendo os Colegiados Territoriais como referência



Praia da Vagueira, Aveiro, Portugal.

Dando seguimento a discussão, faço algumas pontuações conceituais acerca do ordenamento territorial e do território. Não farei aqui uma análise conceitual, porém um resgate de alguns marcos teóricos. Um dos documentos oficiais relevantes sobre este tema, o “Schema de Developpement de l'Espace Communautaire Vers un développement spatial équilibré et durable du territoire de l'UE” afirma que o desenvolvimento dos territórios da União Europeia se assentam em três objetivos primordiais a saber - la cohésion économique et sociale, - la conservation et la gestion des bases naturelles de la vie et du patrimoine culturel, - une compétitivité plus équilibrée du territoire européenne (Commission européenne, 1999)³. No documento é evidente o uso da categoria do terri-

3 A coesão econômica e social – a conservação e a gestão das bases naturais, da vida e do patrimônio cultural – uma competitividade equilibrada do território europeu.

tório como estratégia de desenvolvimento da política na e da União Europeia.

Afirma também que a União Europeia se caracteriza por uma grande diversidade cultural concentrada em um espaço restrito (idem, p. 7) e orienta para que as políticas que sejam aplicadas a estrutura espacial e urbana não devem uniformizar as identidades locais e regionais, porque elas contribuem e enriquecem a qualidade de vida dos cidadãos (idem)⁴.

Fica claro também que as ideias de diversidade e pluralidade devem estar presentes nos planejamentos territoriais. Isso consolida a importância dos colegiados territoriais como ferramenta para a construção de redes de poder dentro do território menos assimétricas. Essa priorização do Território, enquanto categoria capaz de equacionar e viabilizar os problemas da sociedade, está presente também na Carta Europeia do Ordenamento do Território. Documento base utilizado pelos pesquisadores e gestores que tem o território como objeto de análise e repositório das aplicações das políticas públicas.

No Brasil, a utilização do conceito de Território nos documentos do Planejamento territorial tem uma forte influência europeia. A discussão do Planejamento territorial no Brasil, acontece depois da década de 1970, com o fim da ditadura militar, uma outra visão de leitura do país começou a ser viabilizada. Por um tempo de forma acadêmica e paulatinamente começaram a ser viabilizadas propostas de políticas públicas baseadas na abordagem territorial como ferramenta de gestão do país. A partir de então, como já vinha acontecendo em outros países, emerge uma nova forma de compreender o

4 “Le territoire de l’Union Européenne (UE) se caractérise par une grande diversité culturelle concentrée sur un espace restreint. Cet aspect le distingue d’autres grands espaces économiques mondiaux tels que les Etats-Unis, le Japon et le MERCOSUR. Cette diversité, qui est potentiellement l’un des principaux facteurs de croissance de l’UE, doit être pré-servée au fur et à mesure que l’intégration européenne progresse. Ainsi, les politiques qui agissent sur la structure spatiale et urbaine de l’UE ne doivent pas uniformiser les identités locales et régionales, parce que celles-ci contribuent à enrichir la qualité de vie de l’ensemble des citoyens”.

rural, a concepção de territorialidade é alçada ao status de política pública e, dentro da academia, cresce o interesse pelos temas relativos à territorialidade. As questões centrais que vão orientar o debate nesse novo contexto são uma nova concepção de território enquanto espaço de identidade e mobilização política e o lugar que a produção familiar ocupa nas dinâmicas do desenvolvimento.

Segundo Moraes (2006)⁵, o ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares etc.). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia etc.). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contiguidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território (Brasil, 2006, p. 43-47).

O debate sobre o ordenamento do território no Brasil (Viegas; Azevedo; Martins, 2017)⁶ se consolida a partir dos anos oitenta, quando a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República cria o Programa Nossa Natureza. Posteriormente tal ideia é inserida na Constituição Brasileira de 1988, no

5 Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão preliminar). Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território - PNOT”. Brasília, agosto de 2006.

6 Discussão apresentada no IV Encontro Nacional Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais e X Fórum Estado, Capital, Trabalho, de 9 a 11 de agosto de 2017, na Universidade Federal de Sergipe. Tal artigo foi resultado de intervenções feitas enquanto pesquisadora do Edital nº 11 do CNPq em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (hoje extinto).

parágrafo IX “Compete a União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. Um dos marcos conceituais que orienta a literatura que dá subsídios as discussões sobre o ordenamento do território na visão governamental é que:

Ordenamento territorial é a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação Institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados (Brasil, 2006).

O território usado extrapola, em muito, essa definição governamental e é revelador de diferenças, às vezes agudas, das condições de vida da população. Ao me debruçar sobre o território como uma categoria de análise que seja capaz de dar conta das contradições existentes dentro da sociedade entendi que não é o território em si, mas o território usado. No pensamento de Milton Santos território deve ser entendido como “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (Santos; Silveira, 2001). A partir dessa ótica defrontamo-nos com o território vivo e vivido; onde se plasmam as ações dos homens na luta pela sobrevivência.

Os principais sujeitos atuantes no território são o Estado, a Sociedade civil e os Agentes privados. Qualquer ação de Ordenamento deve levar em consideração esse tripé, e que o Estado é o ator mais atuante dentro do território, onde o impacto das ações destes atores ou agentes, incluídas aí as relações de dominação, determinam os processos territoriais, que podem complementar-se, entrar em conflito e/ou anular-se. Compreender como estes atores e as intensidades das suas ações impactam o território é fundamental para alcançar os objetivos de qualquer ação de ordenação dele

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do

patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espço e sociedade-natureza (Moraes, 2003, p. 45).

Para Moraes, pensar o ordenamento territorial é pensar a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos, nesse sentido Rückert (2007), afirma também que “Os lugares que contêm tecnologia e riqueza tenderão a ser geridos por poderes hegemônicos do empresariado em experiências de desenvolvimento em que o poder local não será, necessariamente mais sinônimo de governo local”, mas onde também existirá a possibilidade de atores locais se organizarem em associações e com o apoio das políticas públicas poderá fomentar projetos de emprego e renda. Rückert afirma ainda que,

De uma forma ou de outra, tratar-se-ão de novas faces do tecido social e político, *novos campos de força* sobre o qual o Estado não terá, necessariamente o poder de engenharia ou de investidor principal, senão o de coordenador de macroestratégias que busquem, por exemplo, inserir regiões desiguais em processos de desconcentração da riqueza e nos novos vetores informacionais e de reestruturação do território (Rückert, 2007).

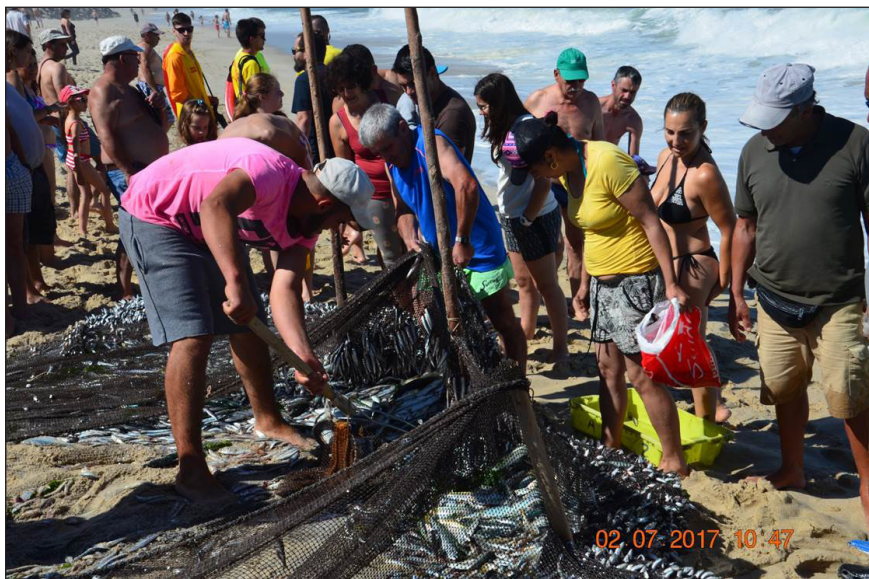
Entender e potencializar a figura do Estado enquanto regulador e harmonizador, deverá ser também um dos interesses de quem trabalha com Colegiados Territoriais, entendendo aqui que o ordenamento territorial é um instrumento de articulação transetorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público.

A abordagem territorial traz implícita uma aposta nas virtudes da mobilização e no fortalecimento de laços de proximidade entre agentes sociais (empresas, universidades, sindicatos de trabalhadores, parlamentares, associações de produtores, funcionários públicos e sociedade civil organizada),

valorizando, portanto, a dimensão institucional do processo de construção de trajetórias exitosas de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional. Só uma visão compartilhada do desenvolvimento rural e das atividades econômicas tradicionais que evidencie de forma clara e simples uma política capaz de realizá-lo, vai encontrar sinergias para uma avaliação e valorização real dos territórios rurais e dos povos tradicionais, a sua diversidade e as suas especificidades. A seguir farei algumas observações acerca dos colegiados territoriais relacionados a experiência desenvolvida na Universidade Federal de Alagoas, Brasil.

COLEGIADOS TERRITORIAIS

a arte de envolver os habitantes do território



Praia da Vagueira, Aveiro, Portugal.

No Brasil a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Numa abordagem⁷ que tem como objetivos primordiais a serem atingidos a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade e a justiça social que utiliza a estratégia implementada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA)⁸ estrutura

7 Documento do Governo Federal produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Departamento de Gestão Territorial/Coordenação Geral de Órgãos Colegiados. Brasília. 2009.

8 Desde maio de 2016, quando o Governo Temer assume o comando do País e apoiado pelo então Senado Brasileiro lança o Programa “Ponte para o Futuro”, extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário e transforma a Secretária do Desenvolvimento Territorial, numa subsecretaria.

a organização do território a partir do tripé o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento).

Desta maneira desenvolviam-se ações na construção social representadas pelo território, caracterizado por sua história, sua identidade e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, objetivando consolidar um modelo de governança territorial com base na gestão social onde a sociedade civil organizada, o poder público, elaborem formas de gestão e controle da coisa pública, sem perder de vista o fortalecimento de políticas voltadas para a inclusão produtiva, e a consolidação de redes socioeconômicas onde possam coexistir diferentes modelos produtivos que deem sustentabilidade ao modelo de desenvolvimento rural sustentável defendidos pelo SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial - MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ambos extintos pelo governo golpista do ex-presidente Michel Temer. A culminância desses objetivos resultará na criação dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial, onde o Colegiado Territorial é uma fermenta importante.

Os Colegiados Territoriais são enquanto arranjos institucionais, ferramenta utilizada na organização do território, tendo por obrigação viabilizar a organização, capacitação, planejamento e gestão de um conjunto cada vez mais diversificado e amplo de iniciativas territoriais. Tais iniciativas deverão ter em seu bojo práticas e fundamentos que enfrentem as restrições ao desenvolvimento e estructurem instrumentos de políticas públicas que sejam fundamentais para destravar as soluções de desenvolvimento sustentável do território. A Universidade enquanto produtora de conhecimento é elemento fundamental enquanto colaboradora e participante da Institucionalidade territorial.

Convém ressaltar que no Brasil, a integração das políticas públicas com abordagem territorial foi fortalecida com

a criação, em 2008, do Programa Territórios da Cidadania (PTC). A abordagem territorial através do programa, buscou promover a articulação inter e intragovernamental para a redução da pobreza rural em 120 territórios da Cidadania selecionados entre os 165 territórios rurais apoiados pela SDT/MDA naquele momento. Para a elaboração dos critérios, levantamentos e seleção dos denominados territórios da cidadania a Universidade através de seus pesquisadores foi de importância capital para a sua organização. Estes compreendem 1.852 municípios, 42,4 milhões de habitantes e concentram 46% da população rural. A concepção do Programa favoreceu a chegada de forma integrada das políticas públicas de apoio as atividades produtivas, cidadania e direitos e de infraestrutura, organizadas e priorizadas por meio da Matriz de Ações dos Territórios da Cidadania (ver Portal da Cidadania - <https://portaldatransparencia.gov.br/programas-de-governo/22-territorios-da-cidadania?ano=2019>).

Muitas das ações das políticas públicas executadas pelas ações governamentais foram resultados do enfoque territorial no planejamento federal, a exemplo dos Programas Farmácia Popular, Minha Casa Minha Vida, Pontos de Cultura, entre outros (CNPq-MDA-SPM, 2014).

Na última chamada feita pelo extinto MDA um dos aspectos primordiais da chamada foi a inclusão da parceria com a Secretaria de Mulheres, abrindo uma linha de discussão de gênero dentro da chamada do Edital, (CNPq-MDA-SPM, 2014) reconhecendo suas distinções de gênero, geração, raça e etnia.

A contribuição das Universidade e dos Institutos federais de educação é notória, distribuídas em todo território nacional englobava mais de 164 grupos de pesquisas, localizados em 81 instituições federais de ensino distribuídos em todo território nacional (CNPq-MDA-SPM, 2014). Essas constatações tornam evidentes que a presença da Universidade é fundamental para uma compreensão e atuação melhor dos gestores públicos dentro do território. Os conceitos, de Ter-

ritório, Local, Gestão Social, Colegiados, Políticas Públicas são pensados dentro das Universidades, e aplicados dentro do território. A presença do corpo da Universidade (docentes e discentes) dentro do tecido social em que as Universidades se inserem são de importância fundamental para que percebamos a funcionalidade dos conceitos criados e replicados dentro das salas de aulas.

A noção de diversidade aliada a identidade dos territórios, foram primordiais para que pudéssemos ter uma leitura coerente da realidade. Durante a execução da chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014, ao identificarmos os povos quilombolas e indígenas dentro de um determinado lugar do território, evidenciou-se a necessidade de políticas públicas diferenciadas em relação a estes povos. Políticas públicas relacionadas a saúde e educação aplicadas aos povos tradicionais respeitando suas especificidades foram essenciais para o sucesso de determinada ação governamental, incluindo o sistema de cotas dentro das Universidade Públicas Federais e de Programas de Assistência Estudantil específicas e direcionadas a estes segmentos dentro das Universidades. A criação de Programas de Ensino Superior com enfoques dentro das condições identitárias foram avanços oriundos das práticas das ações de levantamentos dos territórios e suas demandas através das políticas encetadas pelo extinto MDA e a SDT.

Se tomarmos por entendimento que o patrimônio cultural abrange desde as paisagens culturais do meio rural aos edifícios arquitetônicos nos centros urbanos, e que são importantes universalmente e que fazem parte do cotidiano das pessoas e enriquecem a qualidade de vida, devemos antes de tudo proteger esses lugares tanto quanto os monumentos arquitetônicos. As atividades de trabalho dos povos tradicionais se inserem nesse patamar. Evidenciar esforços para o conhecimento do território, de suas subjetividades, a fim de evitar a tendência ao abandono, a degradação e construir a possibilidade de transmitir todo patrimônio material e imate-

rial as gerações futuras. Em síntese, existe uma necessidade de qualificação dos processos exitosos de Gestão Social fomentados pela Política de Desenvolvimento Territorial, como também de fortalecimento das ações de extensão universitária nas Universidades. Viabilizar condições para uma parceria que se reflita na organização territorial é uma oportunidade de utilizar a estratégia territorial como metodologia de organização territorial.

ARTE XÁVEGA NA PRAIA DA VAGUEIRA



A denominação Xávega deriva da palavra Xabaka em Árabe⁹, é o nome dado ao aparelho de arrasto, que é largado a partir do barco e depois é trazido para a costa, onde se faz a alagem. Em geral a *Arte Xávega* é um “método de pesca que utiliza uma estrutura de rede com bolsa e grandes asas laterais que arrastam e, previamente ou em simultâneo, envolvem ou cercam” (Rodrigues, 2013). É uma pesca artesanal, localizada e de proporções reduzidas. Utiliza barcos de pequenas dimensões. As redes são usadas para a captura de peixe, são usadas essencialmente para a captura da sardinha, mas também da cavala, do carapau, dos sargos, da dourada, por vezes captura também espécies juvenis e cefalópodes. As redes são normalmente largadas a partir de uma embarcação, podendo ser manobrada a partir de terra

9 A esse respeito são inúmeras as fontes que discutem o sentido antropológico da atividade. A Exemplo a obra de Bruna Mariana Pereira dos Santos pela Universidade de Coimbra.

ou da própria embarcação. A técnica de captura consiste em cercar uma superfície de água com uma rede muito comprida, a qual pode estar dotada de um saco colocado normalmente no centro da rede. A rede é manobrada por meio de dois cabos (cordas) fixados nas suas extremidades e que têm por finalidade alar a rede, concentrar o peixe e conduzi-lo para a boca (abertura) da rede.

O que pauta, hoje em dia, a Arte de Xávega é o Regulamento da Pesca por Arte Envolvente-Arrastante, constante da Portaria n.º 1102-F/2000 de 22 de novembro, a qual expressamente revogou a Portaria n.º 488/96, de 13 de setembro.¹⁰ Em termos práticos, tratando-se de uma arte que é lançada por uma embarcação e recolhida para a praia, opera desde a linha de água até uma distância que pode chegar, aproximadamente, até duas milhas (Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega, 2014).

Ao longo da costa portuguesa a Arte Xávega¹¹ foi responsável pela fundação de diversas povoações do litoral português. Emigraram para o sul e estabeleceram-se nas áreas então desertas da Costa da Caparica, perto de Lisboa e Santo André na Costa do Alentejo. No Algarve também se usava as artes de se arrastar para a terra com rede o pescado (*Arte*

10 No relatório de caracterização da arte ela está prevista, como rede envolvente-arrastante que é largada a partir de uma embarcação e manobrada e alada a partir de terra (para a praia) manualmente ou com recurso a animais ou a equipamentos de força. **Características:** comprimento máximo do saco 50 m; comprimento das asas 380 m; comprimento dos cabos de alagem 3000 m. **Classes de malhagens:** malhagem mínima 20 mm no saco. **Espécies-alvo:** não previstas. **Espécies frequentes:** carapau, cavala, sardinha, lula. **Área de atuação:** na área de jurisdição da capitania de registro da embarcação, sem limitações em termos de distância à linha de costa (legalmente podem operar desde a linha de costa até as 200 milhas – limite externo da ZEE) Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte-Xávega.

11 A arte xávega é uma técnica de pesca de tipo artesanal dominante no litoral central português, tendo sido descrita, entre outros, por Jayme Affreixo (1902-1903), Domingos José de Castro (1943), Raquel Soeiro de Brito (1960 [1981]), Fernando Galhano (1963), Ernesto Veiga de Oliveira (1964), (Nunes 2004; 2006), Bruna Maria Pereira Santos (2015), Vanessa Iglésias Carvalhal Amorim (2015), Helena Lopes E Paulo Nunes Lopes (1985), Pe. Aires de Amorim (1995).

Xávega) e esta pescaria esteve também na origem de Monte Gordo e Vila Real de Santo António.

Portugal é o único país no mundo onde ainda se pratica a pesca artesanal nomeada de Arte *Xávega*, estando a atividade ligada a pequenas comunidades como é o caso da Praia da Vagueira em Vagos, Portugal. Atualmente dentro do Município de Aveiro em Portugal ela é praticada nos seguintes conselhos (Ovar, Murtosa, Aveiro, Ílhavo e Vagos). Ao longo dos tempos, o número de praticantes desta pesca, diminuiu bastante, por ser uma pesca pouca compensatória a nível económico, apelidada de “pesca às cegas”, é também perigosa, pondo por vezes em risco de vida os pescadores, visto que estes homens de coragem enfrentam as grandes ondas da costa norte e centro de Portugal em pequenos barcos de madeira, mais parecidos com canoas, com uma grande proa de modo a enfrentar a ondulação.

A pesca artesanal vem sendo resumida drasticamente dentro do território português. O pescado que é feito de forma artesanal e às bordas do oceano muitas vezes sofre sanções governamentais que os impedem de exercer a atividade de forma satisfatória, segundo alguns estudiosos certas atividades ligadas ao modo artesanal de pescar podem atentar contra a vida das espécies que estão em reprodução; também o volume de pescado que é colocado no mercado pelas grandes companhias e o mercado espanhol os colocam em situação de extrema dificuldade financeira. No livro *A Safra* são inúmeros os depoimentos onde os pescadores falam da paixão pelo mar, mas também das dificuldades de se viver exclusivamente da pesca artesanal. Não somente as sanções governamentais como também a própria natureza impões seus limites ao cultivo do mar “O inverno também lhes correu mal, de outubro a abril os barcos ficam parados e o pessoal dispersa” (Lopes; Lopes, 2005), obrigando muitos jovens a desistirem da arte “Xávega” de pescar.

Em finais do século XIX trabalhavam na Arte *Xávega* mais de 7.000 pessoas não contando o pessoal que ajudava

a puxar as redes, as mulheres que carregavam o peixe, que o salgavam e vendiam pelos casais, os mercantéis, negociantes e demais que viviam da arte de pescar. (Lopes; Lopes, 1999, p. 188).

A Arte Xávega sofre modificações em sua estrutura e forma de apanhar os peixes que andam ali à borda da água, mas resiste e ainda existe mais de 1.000 famílias a viver desta arte de pescar, incluindo peixarias e comerciantes. Nas praias do Algarve já quase não existem companhias que fazem uso da Arte Xávega. É nas praias do Norte que se vê mais desta arte. De Mira até Espinho têm 40 companhias (dados de 1995). Em meados do séc. XX os barcos do Norte eram colossos de 16 metros que chegavam a levar 46 homens aos quatro remos. Em cada companhia trabalhavam 80 homens e 12 juntas de bois. Essas companhias grandes com estes números de pescadores hoje não existem mais. Elas findaram nos anos sessenta. Com a crise, os pescadores mandaram fazer barcos mais pequenos com dois remos. São embarcações coloridas em forma de meia lua de 10 metros de comprimento que dão vida à porção norte do litoral de Portugal. Depois colocaram motores nos barcos e começaram a puxar as redes com tratores (Lopes; Lopes, 1999, p. 188).

O declínio da atividade bem como dos seus principais artífices é bastante discutido no meio académico não somente em Portugal, mas em outros lugares, e existe uma farta literatura tanto a nível técnico como poético sobre o declínio da pequena pesca, Raul Brandão, já nos apontava em seu livro “os Pescadores”, toda a beleza, dificuldade e dificuldades de sobrevivência dos “trabalhadores do mar” “O poveiro”,¹²

[...] era um tipo com individualidade, como o soldado e o lavrador são tipos criados à custa de acumulações seculares. Estragámo-lo como estragámos as nossas vilas, as

12 A palavra “poveiro” refere-se aos pescadores de Póvoa de Varzim.

nossas aldeias, os nossos costumes, para os substituírmos pela fealdade e pelo incaracterístico horror. Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas. Façamos as contas os de Valbom mortos, os de Esposende mortos; mortos os da Foz; os de Mira com quatro companhas em vez de quinze, e os da Póvoa, que perderam todos os seus costumes, arruinados e fugindo para o Brasil e para a África. E por toda a costa portuguesa a pesca rareia. Como temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as populações da beiramar, para enriquecer meia dúzia de felizes. (Brandão, 1923, p. 84).

Da mesma forma Marques enfaticamente escreve sobre esse processo de desconstrução do modo de vida do pescador artesanal em “Memória da Terra e do mar. Os mais pobres dos pobres e o mais belo barco do mundo”

E a verdade, insofismável, é que esta herança cultural marítima – dos pescadores, dos construtores tradicionais, das comunidades pobres de homens e mulheres da beiramar – está a desaparecer, diante dos nossos olhos, nos séculos XX e XXI. (Marques apud Rodrigues, 2013, p. 5).

Devido à sazonalidade da atividade, muitos pescadores agregam também a atividade agrícola como atividade económica complementar, usando para isso o período da “entre-safra” eles vão para a lavoura; muitos vão para a apanha da amêijoia na ria; outros vão para as obras, assim no “inverno a praia morre”.

É nesse período da entre safra que eles fazem uso do subsídio social a que eles têm direito de acordo com o Decreto-Lei nº 311, de 10 de agosto de 1999, na versão republicada pelo Decreto-Lei nº 61, de 23 de abril de 2014, cria e regula o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca (FCSPP)¹³.

13 Com objetivo prestar apoio financeiro aos profissionais da pesca, na forma de compensação salarial quando, por razões que se prendem com condicionantes específicos da sua atividade, fiquem temporariamente privados do seu rendimento. Principais situações de inatividade abrangidas • Interdição de pescar por motivos de saúde pública, • Catástrofe natural e imprevisível que origina falta de segurança na barra ou no mar, atestada pela autoridade

Convém ressaltar a importância do seguro defeso enquanto política pública que garante a reprodução social dos pescadores artesanais como também a própria proteção das espécies marinhas. Um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável é a garantia da exploração dos recursos naturais de forma planejada, visando a conservação e a sustentabilidade dos diferentes ecossistemas, garantindo condições de um legado da natureza saudável para as gerações futuras. No centro desse discurso, a reprodução da vida humana, se faz prioridade. A produção de alimentos saudáveis e seguros é uma garantia da vida em sociedade onde as gerações futuras tenham a segurança de sua reprodução enquanto sujeitos históricos.

Existe também uma vasta literatura sobre prática da pesca artesanal e seus “malefícios” para as espécies do mar, dentre elas a Arte Xávega de pescar. Na ótica dos autores existem fatores altamente negativos nestas atividades que delapidam o património ambiental. Estes autores apontam alguns erros que eles consideram graves tais como: atuação de certas artes dentro dos acidentes geográficos e zonas de desova; criação e desenvolvimento de muitas espécies, a laboração muito próxima à costa em fundos baixos (habitat das

competente, sendo os beneficiários dessa lei • Os armadores e os pescadores, inscritos marítimos, titulares de cédula marítima válida, exercendo a sua atividade em regime de exclusividade a bordo de embarcação de pesca licenciada para águas oceânicas, águas interiores marítimas ou águas interiores não marítimas, que se encontre temporariamente imobilizada no âmbito das situações de inatividade previstas no Fundo; • Os trabalhadores que, em regime de exclusividade, exerçam em terra uma atividade ligada à embarcação imobilizada no âmbito das situações de inatividade previstas no Fundo; • Os pescadores licenciados, para a pesca apeada e apanhadores, titulares de licença válida quando exerçam a atividade em regime de exclusividade, e se verifique uma interdição de pesca por motivos de saúde pública, o montante e pagamento da compensação salarial do apoio é igual 1/30 do valor da remuneração mínima mensal garantida aos trabalhadores; tal pagamento da compensação é limitado a um máximo de 60 dias por ano e a partir do 4º dia de imobilização das embarcações. No caso de mau tempo terá de se verificar o encerramento da barra, ou a existência de más condições atmosféricas que impeçam o exercício da pesca em segurança, durante pelo menos 3 dias consecutivos ou 7 dias interpolados, num período de 30 dias (Portugal, 2014).

populações de juvenis que não atingiram ainda a fase da primeira maturação etc. (Costa; França, 1982, p. 24). Segundo depoimento do Senhor José Viera, Presidente da Associação Portuguesa de Arte Xávega, não existe toda essa dimensão prejudicial às espécies, ele afirma *que “o que apanham na Arte Xávega de carapau é muito menor que a taxa natural de mortalidade do peixe”* ..., no mais o que disserem acerca dos danos que Arte Xávega causa as espécies é “treta” (Arte..., nov. 2014).

A zona de estudo da Vagueira - desde a Praia da Barra até ao sul da praia da Vagueira - está localizada na costa ocidental - a sul do Porto de Aveiro - que é considerada uma das zonas costeiras mais energéticas da Europa. Em análise feitas nas praias de Costa da Caparica - Vagueira e Quarteira, a pesquisadora Luisa Schmidt em entrevistas com os moradores, empresários, pescadores da Xávega, o Presidente da Junta da freguesia da Gafanha da Boa Hora, onde se localiza a praia da Vagueira, ouviu que “nos últimos Verões, a praia deixou de existir na maré alta, ficando a rebentação a tocar o enrocamento recentemente construído, panorama agravado pela falta de acessos à praia” (SCHMIDT, 2012). Existe uma desvalorização imobiliária crescente no lugar devido ao avanço do mar. Mesmo com o aumento populacional no lugar, a Gafanha da Vagueira, tornou-se um lugar dormitório de fim de semana, não sendo a residência principal dos proprietários de imóveis. O avanço do mar na costa é notável e tem dificultado a prática da atividade da Arte Xávega no local, aliado aos fatores naturais tem-se também “as poucas habilitações dos pescadores que pouca capacidade para se aperceberem de todas as leis” e dos diferentes discursos que envolvem essa atividade tradicional.



Maré alta na Praia da Vagueira

A Arte Xávega tem um potencial turístico muito grande. Atualmente muitos povoados usam o trator e não mais os bois para arrastar a rede - a presença dos bois na atividade era um espetáculo à parte – recentemente foram feitas atividades que recriavam a forma antiga de fazer a Arte Xávega, usando a tração de animais - mas, independentemente da presença ou não dos bois, a pesca da Arte Xávega, continua sendo uma bonita atividade, que enche os olhos dos turistas e dos moradores locais. A destreza e valentia dos pescadores tem algo de mítico. Vê-los garfar as ondas e lançar as redes transporta os observadores para um mundo desconhecido. Observá-los é segundo um morador local “atentar para a nossa pequenez diante da natureza grandiosa do mar”.

A resistência da Arte Xávega em Portugal tem na atividade turística uma grande aliada, mas para além de um território de festa, a Arte Xávega é a expressão de práticas e expressões, materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência, de um dado território por um determinado grupo. Sendo assim, compreender a importância da territorialidade da Arte Xávega é entender que a identidade

é a substância que sustenta a territorialidade da Arte Xávega como categoria relacional espaço-sociedade. A identificação com o lugar não garante a apropriação dele.



O trator substituiu os bois para arrastar a rede

Este é o primeiro movimento para que os indivíduos tomem consciência da necessidade de um espaço de sobrevivência, a relação através do trabalho com a natureza consolida esse território, criando assim uma territorialidade da *Arte Xávega*, junto a esses artífices das artes de pescar comumente chamados de trabalhadores do mar¹⁴ poveiro, pescador, marisqueiro, que o território é construído cotidianamente.

14 “Com efeito, os homens do Algarve que se dedicam à pesca fazem-no, regra geral, em exclusividade e ocupam o seu tempo ou nas fainas do mar ou, quando em terra, em actividades complementares, quer preparando as artes e os aparelhos para faina do dia seguinte, quer beneficiando as embarcações e reparando os estragos causados nos engenhos, ou montando novas artes e aparelhos quando o mau tempo ou qualquer imprevisto lhes não permite fainar continuamente no mar.” (Costa; França, 1982, p. 24).

COTIDIANO E TRABALHO

nos dias de Xávega na Praia da Vagueira



Costumamos entender por *cotidiano* tudo o que se aplica ao que acontece diariamente, às ações praticadas todos os dias e que constituem uma rotina. O homem comum utiliza essa mesma aplicação para o termo. Segundo (Heller, 2004), o indivíduo já nasce lançado na cotidianidade e este assume como dadas as funções da vida cotidiana e as exerce paralelamente. É importante ressaltar como ela discorre sobre a estrutura da vida cotidiana e como a cotidianidade é o palco das construções das relações sociais sendo herdeira e preservadora do desenvolvimento humano, Heller nos fornece elementos que nos subsidia na tentativa de compreender o significado do cotidiano e trabalho a partir do ponto de vista dos membros desta, identificando padrões simbólicos, práticas, atitudes, valores, ideias, sentimentos, sistemas classificatórios dentro das categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue

identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponte de desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (Heller, 2004, p. 31). Dentro dessa vida cotidiana cabe lembrar-se de um elemento bastante importante para os indivíduos de uma dada comunidade que é o território, é nesse plano em que podemos perceber as relações de poder estabelecidas pelos mesmos e como se dá a correlação de forças quando se trata de conquista ou violação de direitos. Segundo Koga, dessa forma, o direito de ter direito é expresso ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar (Koga, 2003, p. 33).

Diante desta compreensão acerca do território como espaço de participação política e luta por direitos, os pescadores artesanais têm tido o direito de desenvolver todas essas atividades e condições de vida supracitadas de forma plena ou estas têm sido violadas dentro da realidade local? Koga (2003) traz a visão de Guy Di Méo acerca do território, onde este avalia o mesmo como um espaço de vida e um espaço vivido, ou seja, aponta para aspectos da sua materialidade e da forma como os homens a representam.

[...] o chão do território pode significar um novo aporte para este debate no campo das políticas públicas, no sentido de uma referência concreta, em que desigualdades de condições de vida não são sinônimas de especificidades a serem enfrentadas setorialmente, mas expressões reais e complexas do processo de exclusão/inclusão social em curso (Koga, 2003, p. 34).

A estrutura da vida cotidiana, embora constitua um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano genérico e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Heller (re)

afirma “a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais”, e que esta possibilidade de viver um cotidiano não alienado é aberta a qualquer ser humano (Heller, 2004, p. 39).

Pensar a apropriação do território pelos indivíduos como um espaço de intervenção onde eles criam e recriam significados em torno dessa apropriação cotidiana, pressupõe uma análise dos próprios valores e seus significados dentro da cotidianidade de cada comunidade. O homem, enquanto ser social faz sua própria história e institui valores dentro das estruturas sociais desde as primeiras organizações sociais. Estes valores são adquiridos através dos grupos ou camadas as quais fazemos parte, e existem aqueles que hoje são hegemônicos e, muitas vezes, agridem algumas classes que se sentem enclausuradas por valores que são meramente impostos e que por circunstâncias acabam se submetendo. Com os negros rurais, povos ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, babaqueiros não acontece diferente, estes, assim como todo o gênero humano, estão inseridos dentro de uma estrutura social a qual tudo reificou e mercantilizou nas relações sociais.

A proposta inicial da pesquisa pretendia discutir o papel da Universidade na organização dos colegiados territoriais, numa perspectiva do planejamento territorial usado no Brasil, enquanto articulador e participante do território. Na discussão sobre planejamento e ordenamento territorial acampada pelos Núcleos de Desenvolvimento Territorial dentro das Universidades, os Colegiados Territoriais são organizados de acordo com a cadeia produtiva do local onde estão sendo desenvolvidas as atividades do Núcleo.

Ao chegar em Aveiro e descobrir a *Arte Xávega* na praia da Vagueira, com a presença dos pescadores artesanais ficou claro que uma apreciação etnográfica, da relação desses pescadores com o lugar era essencial para a construção de elementos que dessem sustentabilidade a ideia do

Colegiado Territorial como um dos elementos indispensáveis a construção de uma sociedade mais democrática e menos alienada e onde todos aqueles que constroem a sociedade, sejam verdadeiramente representados dentro dela, na intenção de quebrar essa assimetria perversa que nos envolve.

Dentro dessa visão ampliada de desenvolvimento territorial, coube pensar a ideia de patrimônio territorial em detrimento do de capital territorial. Nunes em seu artigo “E trabalho se faz espetáculo” descreve como o local de labor e sobrevivência dos pescadores se transforma em espaço de comércio e lazer para a burguesia, colocando os pescadores como parte do espetáculo e não como sujeitos históricos que são. Sujeitos que ajudaram a construir o território português, desbravando praias e construindo cidades.

Mas nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os pescadores, explorados pelos senhorios das companhias, são desprezados pelos poderes públicos e sobrecarregados de impostos, segregados e condenados a migrarem sazonalmente para fugir à miséria, enquanto a burguesia letrada que vem a banhos nas estâncias balneares se entretém a determinar os traços do seu carácter e a descrevê-los como descendentes de fenícios, gregos e púnicos (Nunes, 2003, p. 132).

É importante ressaltar como ele chama a atenção dos diferentes grupos sociais distintos que estão presentes nesses locais, a saber pescadores, lavradores, comerciantes, representantes da administração central, mas que desse conjunto foram os pescadores que iniciaram a ocupação e povoamento dos areais até então praticamente desertos e os primeiros a saírem quando se deu o avanço da expansão imobiliária. Nos areais instalam-se não só pescadores oriundos de outros locais e em demanda, sempre, de melhores condições, mas, ainda, muita gente pobre do mundo rural envolvente, excluída da posse da terra e em busca, também, de oportunidades de trabalho. Depois, ao longo da segunda metade do século XIX, a beira-mar constitui-se também como

um lugar de lazer para a burguesia urbana (Nunes, 2003, p. 133). O Sítio de Costa Nova em Ílhavo é uma evidência da expansão urbana e do predomínio da classe burguesa no controle do território. Dos antigos palheiros que acusavam a presença dos pescadores de *Arte Xávega* e desbravadores da costa portuguesa, restam apenas as casas coloridas, pintadas em riscas, imitando os antigos palheiros de outrora.



Sítio de Costa Nova em Ílhavo.

A leitura de Lefebvre (2004 apud Nunes; Shauane, 2011 p. 39) nos ajuda a refletir profundamente o processo de urbanização, quando esse, nos aponta o urbano e a cidade como central na reprodução do capital, sendo assim uma tendência da sociedade como um todo. É importante deixar claro, que apesar de entender a urbanização como um processo universalizante, Lefebvre (2004 apud Nunes; Shauane, 2011, p. 39) não ignora as atividades ligadas à agricultura ou ao extrativismo como é o caso da atividade pesqueira, e aponta as discontinuidades como leitura desses espaços que fazem

parte do sistema desigual e contraditório sobre bases capitalistas. Em *O Direito a Cidade* ele afirma que

Entre as malhas do tecido urbano, persiste ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre) povoados por camponeses envelhecidos mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos da maior miséria e da opressão (Lefebvre, 2011, p. 19).

A falsa dicotomia entre o rural e o urbano tem também um espaço, dentro dessa análise da construção de uma identidade patrimonial na Praia da Vagueira, tendo como ancora a atividade da Arte Xávega. Pensar a discussão da identidade territorial como uma forma de garantia da sobrevivência da atividade da Arte Xávega, passa necessariamente pela discussão da importância das cidades pequenas e médias dentro do desenvolvimento territorial sustentável. Discutir a sobrevivência de determinadas atividades dentro do território é entender o território como um espaço relacional, porém uno, naquilo que toca no direito de uso da cidade onde habita.

Observando diariamente os pescadores no mar e da Ria, os catadores de mariscos, de ameijoas, de berbigão, fiquei a demandar de mim mesmo como inserir esses povos dentro de uma discussão tão burocratizada como o planejamento territorial. Como colocar todos juntos dentro de uma organização jurídica que os proteja e consolide essas atividades os protegendo das variações que comumente afligem esses setores da sociedade. Certamente que dentro dos Colegiados Territoriais esses grupos teriam que aparecer, visto que fazem parte do patrimônio territorial do lugar. O Patrimônio Territorial envolve elementos de ordem produtiva, natural, social, humana, intelectual, institucional e cultural.

São vários os autores aqui em Portugal que ao discutir a Arte Xávega, têm discursado sobre a decadência da pesca artesanal ao longo dos séculos, comumente a literatura mais específica, bem com os próprios pescadores atribuem grande parte da dificuldade da sobrevivência da atividade a legislação

imposta pela União Europeia à pesca artesanal. Sobre a decadência da atividade da pesca artesanal, Nunes discute, em seu artigo *Dois séculos de Arte Xávega capitalismo, decadência e Organização do trabalho*, a proletarização dos pescadores da Arte Xávega, bem como da alimentação da narrativa da autenticidade e heroicidade mítica e épica da nação portuguesa, centrada na figura do pescador artesanal, bem como seus falares, seus trajes e até os atributos de caráter são vistos como sobrevivências de um modo de vida “tradicional”. Segundo ele alguns autores afirmam que a decadência das pescas em Portugal remonta o segundo quartel do século XV e dois fatores foram essenciais para isso o assoreamento de portos e embocaduras de rios e o valor dos impostos sobre o pescado,

Na região de Aveiro, contudo, bem como na costa da Estremadura, os factores ambientais parecem ser incontornáveis na avaliação da decadência das actividades marítimas o progressivo assoreamento de muitos portos de pesca conduziu, nalguns casos, à extinção da actividade piscatória e, noutros, ao seu acentuado decréscimo e, até, ao desenvolvimento de um quadro nosológico peculiar, marcado pelas constantes febres palustres, epidemias e consequentes taxas de mortalidade elevadas, levando à emigração em massa, como aconteceu na orla lagunar de Aveiro (Nunes; Francisco, 2011, p. 5).

E Nunes nos afirma ainda que

Com o progresso e as inovações nas técnicas de pesca do início do século XX, a decadência encontrará um novo tipo de justificação que se irá manter até aos nossos dias, acompanhando a depredação cada vez mais sofisticada dos recursos marinhos e a destruição efectiva dos ecossistemas litorais (Nunes; Francisco, 2011, p. 5).

E arremata elencando abaixo os diferentes fatores que abalam a atividade da prática artesanal conhecida como Arte Xávega:

a prática da arte xávega tem atravessado sucessivas conjunturas de crescimento e de decadência, alternando avanços e revezes de acordo com um conjunto interagente de factores, como sejam as inúmeras transforma-

ções de ordem técnica que conferem a este tipo de pesca uma notável plasticidade adaptativa (efectivo de mão-de-obra envolvido, dimensões de redes e embarcações, meios de tracção), o regime de organização e exploração do trabalho, a tirania fiscal, a mobilidade sazonal das populações piscatórias, a alteração dos contornos do interface provocada pelo assoreamento ou, inversamente, pelo recuo da linha costeira (com todas as consequências no espaço de habitação e de trabalho dos pescadores), a evolução dos stocks de pescado e, last but not least, o complexo de variáveis sócio-económicas locais, regionais e nacionais, com o seu vasto leque de articulações político-jurídicas, culturais e educacionais (Nunes; Francisco, 2011, p. 7).

No artigo supracitado Nunes aponta que não se tem exatidão do que realmente estaria afetando a atividade da Arte Xávega se os limites impostos pela legislação europeia, se a evolução dos stocks ou qualquer dos fatores citados anteriormente.

A nível nacional a Arte Xávega opera em menos de 60 quilómetros quadrados da costa. Esta arte é limitada por tamanhos mínimos de captura e restrições da malhagem, áreas e períodos de atuação. A cavala, carapau e biqueirão representaram 80% dos desembarques num estudo feito em 1999, e o carapau domina nas zonas norte e centro. Em 2013, estavam licenciadas 50 embarcações para a pesca com Arte Xávega. Todavia, a grande parte da riqueza gerada é absorvida pelos comerciantes, com lucros que chegam aos 600%, criando os incentivos à fuga à lota (Arte..., nov. 2014).

É inegável como essa atividade tem um valor simbólico que ultrapassa o valor econômico. O pescado feito de forma artesanal se submete as intempéries da natureza. A Arte Xávega na praia da Vagueira tem seu início com a companhia de João da Murtosa. Atualmente o Patrão da Companhia é o Sr. Carlos Alberto, filho do Sr. João da Murtosa. Seu barco tem o apelido de NOVO SÃO JOSE; quando o mar está bravo os pescadores não saem, pois o barco que eles utilizam é

um “barco de boca aberta”¹⁵ no dizer do Sr. João da Murtosa, e a atividade em si é bastante arriscada e com “o mar em seus rumores convém não arriscar”, porém, não ficam parados quando estão em terra, há sempre muitas atividades a fazer; parafraseando Raul Brandão “Vejo os barcos encalhados com as letras mal feitas, escritas a piche no costado, Vai com Deus, Senhora da Ajuda, Deus te guie, as redes nos varais e os pescadores de agulha na mão a remendá-las, as catraias e os batéis nas linguetas” (Brandão, 1923, p. 84).



Sr. João, da Murtosa – fundador da Cia de Arte Xávega na praia da Vagueira/Vagos-PT.

Na época de inverno quase não se lançam ao mar com seus barcos, à época do verão que vai de julho até setembro, eles conseguem um maior movimento, e também uma maior proximidade com a comunidade turística.

O edifício construído apresenta uma área de 220 m², desenvolvendo-se em dois pisos e foi revestido a régua de

15 Os barcos de boca aberta, os botes, que estão registrados exclusivamente para a pesca local, raramente se distanciam dos portos onde se abrigam; eles laboram sempre dentro das seis milhas, preferencialmente para dentro das três milhas, a maior parte das vezes muito próximo da orla marítima e dentro dos acidentes naturais da costa (Costa; França, 1982, p. 23).

madeira de pinho de modo a manter o carácter tradicional da arte envolvente. No piso térreo encontra-se instalado o Posto de Vendagem da Praia da Vagueira o qual foi provido das condições funcionais e higio-sanitárias obrigatórias e necessárias à recepção e venda de pescado. O piso térreo dispõe de instalações sanitárias, funcionalmente independentes do Posto de Vendagem, para apoio aos utentes da praia. O 1º piso destina-se à instalação de um espaço de exposição permanente da Arte Xávega e das vivências associadas a esta tradição agro-marítima.

Atualmente como incentivo a atividade da Arte Xávega, definiu-se que o primeiro lance da pesca, pertence aos pescadores, os demais lances pertencem à “lota”. Essa medida foi em reparação as petições dos pescadores da Arte Xávega, em declarar que as condições de sobrevivência deles eram ínfimas em virtude do valor pago pelos comerciantes pelo pescado. Em relação as condições de sobrevivência dos pescadores da Arte Xávega na Vagueira, o Sr. Silvério Regalado se mostrou bastante conhecedor dos problemas que afligem tal atividade, foi enfático em afirmar que sabia das condições de precariedade em que muitas vezes por conta da sazonalidade da atividade, e o valor mínimo do seguro defeso, se tornava difícil a vida desses trabalhadores. Afirmou também que tem acompanhado de perto a prática da atividade não somente da Xávega, como também dos marisqueiros. Ficou bem presente em sua fala que ao fazer um dia de trabalho com os catadores e catadoras de mariscos na Ria, foi essencial para entender a dinâmica e as dificuldades que envolvem a prática de tal atividade dentro do município de Vagos. Como também concluiu que a legislação que rege as relações de trabalho da pesca artesanal são antigas e precisam ser revistas para que possa dar mais dignidade aos que vivem de tal atividade.

O Exercício da Arte Xávega na Praia da Vagueira é visivelmente prejudicado pelo avanço do mar sobre a praia. A cada ano a praia torna-se menor. O Avanço do mar se faz

notar de forma agressiva. Os investimentos¹⁶ para conter o avanço do mar são uma preocupação das autoridades, mas é inegável que a prática dessa “arte” na Praia da Vagueira, parece estar seriamente comprometida.

Convém ressaltar que nas discussões acerca da referida arte, a territorialidade da Arte Xávega na Vagueira é pouco citada, ou não é considerada relevante. E se existe essa relevância não se fez notar nos escritos de mídia consultadas na internet no período em que a pesquisa foi executada. Muito são os estudiosos, defensores e amantes da Arte Xávega que defendem que o viés cultural é o pilar mais forte que o município tem que se apoiar para a permanência da Arte Xávega no território português... “É na parte cultural, mais retratada no documentário, que Leonor Fonseca acredita que se deva “pegar” para motivar as medidas para a proteção da Arte Xávega” (Arte..., dez. 2014). Para Alfredo Pinheiro Marques, escritor português são três as dimensões relevantes para a Arte Xávega económica e social, política e jurídica e cultural e identitária, segundo ele a criação da Associação Portuguesa de Xávega fez avançar a dimensão social e económica, promovendo o associativismo; também a dimensão política parece ter avançado com a aprovação da criação de medidas para a melhoria da Arte Xávega. Todavia é a dimensão cultural e identitária que dá grande valor à Arte Xávega, ele cita como exemplo, a Arte Xávega na Costa da Caparica, representando cerca de 40% da economia local e tem um impacto local em termos de emprego muito elevado.

Alfredo Pinheiro Marques indicou que se fez em dezembro de 2012 uma candidatura da Arte Xávega portuguesa como património cultural da humanidade (Arte..., dez. 2014).

16 “Um dos “shot’s” (massa de areia de grandes dimensões concentrada em determinado ponto) muito grandes que temos de fazer é na praia da Vagueira”, no distrito de Aveiro, sublinhou o ministro, acrescentando que “este é um dos bons exemplos de obras de grande dimensão que têm de ser feitas, sem mexer no litoral que conhecemos, mas garantir que se vai manter no futuro”, concluiu em Reportagem do dia 18 de janeiro de 2018, o Ministro do Ambiente, João Pedro de Matos Fernandes (Governo..., 2018).

No município de Costa da Caparica, Almada a Arte Xávega foi inscrita no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, publicado no Diário da República - 2ª série - n.º 34 - de 16 de fevereiro de 2017. Ações como essas são essenciais para a construção da permanência da atividade no litoral português. Quando consultado sobre o interesse em fazer da Arte Xávega patrimônio cultural do município de Vago, o Gestor de Vagos, Sr. Silvério Regalado, afirmou que sim, que havia interesse em incluir a arte da xávega como patrimônio imaterial e que acreditava que tal atividade era uma excelente âncora para a atividade turística.

Na Vagueira durante o verão a atividade é intensa, várias são as atividades que são organizadas na praia e no entorno para deleite dos moradores e veranistas que frequentam o lugar. No verão de 2017, o evento “Vagos Sensation Gourmet” foi bem frequentado, havia sempre muitas pessoas circulando no Largo do Parracho Branco. A Xávega foi uma atração diária (quando as condições marítimas permitem que os pescadores saiam). Atividades de dança, lazer infantil e shows musicais animavam os dias de verão na Praia.



Há uma placa na praia onde se lê “zona de actividade de Arte Xávega”.

Convém ressaltar que a construção da identidade da Arte Xávega na praia da Vagueira precisa de uma maior visibilidade. As sinalizações ao longo do caminho que dá acesso à praia quase não existem. Há uma placa na praia onde se lê “zona de actividade de Arte Xávega”. No posto de ofício de turismo (que permanece fechado durante as outras estações), nada existe que faça referência ao exercício da Arte Xávega no local. Na entrada da Gafanha da Boa Hora, no sentido Costa Nova-Praia da Vagueira também não há. Na rotunda de quem vem de Vagos para a Vagueira, existe uma sinalização de um barco com o nome da Praia da Vagueira, mas nada que remeta a prática da arte da Xávega no local.

A importância dessas sinalizações dentro do território se faz, quando pensamos que a identidade cultural do território é uma das bases estratégicas para a discussão do desenvolvimento. Uma das premissas para tal discussão é o entendimento do território com identidade cultural, e de como iram se estabelecer políticas ou ações de desenvolvimento desse tipo de território e de valorização de seus produtos e serviços. A construção da territorialidade da Arte Xávega na Gafanha da Vagueira ou mesmo no município de Vagos deverá ser vista como uma construção social do território, onde se discuta a sustentabilidade desse processo de desenvolvimento dentro uma abordagem econômica, social, ecológica, cultural e política. Ao relacionar identidade cultural e potencial econômico e as possibilidades de alcance de mercado, a ideia de valorização do produto local deverá ser construída enquanto identidade geográfica territorial. Nesse caso abordaremos a condição de aliar a atividade da Xávega ao turismo, sendo a atividade da “Arte Xávega” o produto em discussão.

Assim podemos então retornar a Heller, em sua ideia de valor. Que valor está sendo atribuído a essa atividade dentro do Território de Vagos? Como está sendo construída essa relação dos pescadores de Arte Xávega com o lugar?

Onde se dá e como se faz a visibilidade desses homens e mulheres que vivem da pesca artesanal dentro do território?

Quando resolvi pontuar dentro do local da Praia da Vagueira as sinalizações da atividade da Arte Xávega no local e me deparei com uma ausência total de qualquer informação acerca da mesma, percebi que a territorialidade da Arte Xávega na Praia da Vagueira é acanhada, estando restrita a uma sazonalidade - o que diminui as chances de publicização - e há uma ausência de estruturas que memorizem, na vida das pessoas do lugar que a prática da Arte Xávega é uma das atividades econômicas que constitui o território de Vagos. Uma das ferramentas utilizadas para se identificar as diferentes territorialidades que ocupam um determinado lugar é o Mapeamento Participativo¹⁷. Segundo a FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) entende-se por mapeamento participativo em um “sentido amplo, a criação de mapas de pessoas locais, muitas vezes com o envolvimento de organizações apoio, inclusive dos governos (para diferentes níveis), organizações não-governamentais, (ONG), universidades e outros atores envolvidos no desenvolvimento e planejamento do acesso à terra” (FIDA, 2009).

Entender esse território de ação da Arte Xávega, delimitar o seu território, o sistema e as garantias da “cadeia de valor” e as variáveis da sustentabilidade (econômicas, culturais e ambientais), entendendo essa ação como uma mediação para a criação de condições de discussão e definição das políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal.

Retomando a ideia de desenvolver a atividade da arte da xávega como uma das atrações turísticas da praia da Vagueira, a categoria do território deixará de ser um conceito que viabilize a discussão. Se resolvemos discutir a Arte Xávega como uma atração turística, como um espetáculo, o conceito adequado será o de paisagem. A preocupação com a condi-

17 Sobre essa temática existem diferentes autores a saber Irène Hirt e Stephane Roche (2013), Henri Acselrad (2008), Carla Chaves (2011), Adryane Gorayeb (2014), Marcus Lima e Solange Costa (2013).

ção de trabalho e sobrevivência da atividade será substituída pela condição do espetáculo que a atividade proporciona. Os pescadores da arte da xávega passarão a ser elementos da paisagem, ao invés de sujeitos históricos que constituem o território. Serão elementos da paisagem, assim como o barco com formato de meia lua, como o mar azul, as barracas e bares, o passeio, os transeuntes, as gaivotas e os peixes na rede. Quando o verão acabar, essas pessoas, esses sujeitos deixarão de existir, e ninguém irá se lembrar deles até o próximo verão. Enquanto elemento paisagístico a Arte Xávega virá a ser vista com o passar do tempo, como elemento residual da paisagem, ela será consumida, teremos então o consumo da cidade, do lugar, das pessoas, “o uso da cidade, das praças, das ruas, dos monumentos, é a Festa que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem, além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro” (Lefebvre, 2011, p. 13).

Sem sombra de dúvida que a discussão antes de se configurar como uma problemática que poderá ser discutida através da metodologia dos colegiados territoriais, se encaixa prioritariamente na questão urbana e das relações de subordinação entre as diferentes escalas do poder que se estabelecem no uso da cidade, na distribuição dos recursos e nas representações institucionais. Então assim se evidencia que quando estamos analisando através do conceito de território, essas contradições estão postas, as relações de poder são evidenciadas, o que obriga os usuários do lugar a se redefinirem e se organizarem e discutirem uma melhor forma de uso do território¹⁸.

18 Le maintien et le développement des ressources naturelles nécessitent des stratégies intégrées de développement et des modèles de planification appropriés, ainsi que des formes de gestion adaptées. Cela garantit que la protection de la nature et l'amélioration des conditions de vie de la population seront prises en considération de manière équilibrée. Les études d'impact territorial et environnemental peuvent fournir l'information nécessaire à cet effet. La population concernée doit également être activement impliquée dans la recherche de solutions équilibrées (Commission européenne, 1999, p. 34).

ICONOGRAFIA DO RELATÓRIO DE PÓS-DOCTORADO

maio de 2017 a fevereiro de 2018



Consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isso é, uma combinação de técnica e de política.

(Santos, 2002, p. 87).



Cultivar o mar é uma coisa é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa – é ofício de industriais.

(Os Pescadores – Raul Brandão)



TIZON destaca um sentido antropológico, onde território é o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade.

(Flores, 2006, p. 4 apud Tizon, 1995)



Vejo os barcos encalhados com as letras malfeitas, escritas a piche no costado, Vai com Deus, Senhora da Ajuda, Deus te guie, as redes nos varais e os pescadores de agulha na mão a remendá-las, as catraias e os batéis nas linguetas.

(Brandão, 1923, p. 84)



Numa abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, ABRAMOVAY apresenta a ideia de que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

(Flores, 2006, p. 4 apud Abromovay, 1998)



No território, segundo o geógrafo M. Le Berre (1995), estão assentadas três dimensões constituintes que são: uma dimensão de identidade, onde o espaço é apropriado e reivindicado pelas pessoas que o ocupam; uma dimensão material, que resulta do uso, ou seja, da função que as populações atribuem ao território e que evolui ao longo do tempo; e uma dimensão organizacional onde o território é definido como uma entidade com uma configuração específica de atores sociais e institucionais, caracterizada por relações de hierarquia, dominação, solidariedade e complementaridade.

O território construído é como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores .

(Flores, 2006, p. 5 apud Brunet, 1990)

O Território tem um aspecto racional e funcional que o torna um objeto em si, que se pode gerar, possuir e administrar (em diferentes níveis); e o território também inclui um aspecto emocional e é investido de uma dimensão emocional que faz parte de nós e torna-se difícil evocar o objeto sem se referir ao link que liga o homem ao seu território. Essa noção de valor também está associada ao conceito de identidade.

(Bonnemaison et al., 1997; Muis, 2011)











O Território é revelador de diferenças, às vezes agudas,
das condições de vida da população.

À GUIA DE CONCLUSÃO...



A discussão sobre território, identidade, Arte Xávega e territorialidade na praia da Vagueira não está concluída. Este pode ser considerado o primeiro momento da intenção da pesquisa, haja vista que a comparação com a atividade da pesca artesanal em Maceió, será feita quando do meu retorno ao país. A pesquisa não foi fechada, por problemas de tempo e também de sazonalidade da atividade em discussão e da riqueza de possibilidades demandadas durante a execução da pesquisa. O que pude vislumbrar nesse processo etnográfico de leitura da atividade da arte Xávega na praia da Vagueira é que, enquanto proposta de criação da territorialidade da Arte Xávega no município de Vagos, a possibilidade de construção de discursos acerca da atividade da Arte Xávega enquanto um dos elementos primordiais da identidade do município de Vagos é instigante e que existe uma farta literatura dentro dos discursos socioantropológicos que dão sustentabilidade, identidade e sentido a prática da Arte Xávega no município de Aveiro.

Compreendi que a atividade se reveste de importância, enquanto única no mundo e também porque é detentora e for-

necedora de elementos essenciais que contam e retêm a história da identidade aveirense, como também contribui contribuindo para uma nova visão da ideia de desenvolvimento, desde que preservada. Uma ideia de desenvolvimento onde possam coexistir atividades e práticas de trabalho que fogem ao tempo do capital. O sentimento de criação da identidade da Arte Xávega como patrimônio territorial do município de Vagos, e como Indicação Geográfica Patrimonial da região Aveirense, tendo como objetivo final o desenvolvimento territorial, traz em seu interior uma forte interdisciplinaridade, o que reforça a defesa da presença da Universidade enquanto articuladora e construtora dessa condição, através da criação de Núcleos de Desenvolvimento Territorial em parceria com as Instituições de Pesquisa, e os poderes municipais, e a sociedade civil. Acreditando ainda que a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas, e estruturada a partir de três elementos fundamentais o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento), poderão ser desenvolvidas ações na construção social representada pelo território, caracterizado por sua história, sua identidade e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, tendo como base, a consolidação de um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação da gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável; e o fortalecimento das políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da pesca artesanal no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

A ferramenta para tal processo, seria a aplicação de um mapeamento participativo enquanto ferramenta metodológica de análise do território a ser desenvolvida com a criação dos Colegiados Territoriais que assumiriam a gestão de um conjunto cada vez mais diversificado e amplo de iniciativas territoriais que concretizassem os procedimentos necessários à promoção do desenvolvimento, por intermédio de processos de organização, capacitação, planejamento, articulação institucional e gestão social de iniciativas que enfrentem as restrições ao desenvolvimento e estructurem instrumentos de políticas públicas que sejam fundamentais para destravar as soluções de desenvolvimento sustentável do território., enfatizando que tal processo teria a Universidade como elemento motriz para tal empreendimento.

Convém ressaltar que a tecnologia do mapeamento participativo é bastante utilizada no Brasil pelos profissionais que discutem o território elo viés identitário, salientando que dentro das propostas de análises emitidas pelos Fóruns Europeus de ordenamento do Território, a orientação é a defesa, manutenção e organização da diversidade territorial enquanto identidades que enriquecem a vida de toda a sociedade.

Referências

- ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008.
- AMORIM, Inês. A estrutura das “artes novas” da Costa de Aveiro, ao longo da 2ª metade do séc. XVIII: mão-de-obra, divisão de trabalho, formas de propriedade e divisão do produto. In: PONENCIA DE ANTROPOLOXÍA CULTURAL (org.); LOURIDO, Francisco Calo (coord.). *Antropoloxía Mariñeira: Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde*, Pontevedra, 10-12 de xullo de 1997. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1998. p. 159-185.
- AMORIM, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal. *Marés de incerteza: etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal*. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARTE Xávega. *Jornal Economia do Mar*. Cascais, 31 dez. 2014. Pesca, Aquacultura & Indústria. Disponível em: <http://www.jornaldaeconomiadomar.com/arte-xavega/>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- ARTE Xávega um ano depois e tudo na mesma. *Jornal da Economia do Mar*. Cascais, 25 nov. 2014. Pesca, Aquacultura & Indústria. Disponível em: <http://www.jornaldaeconomiadomar.com/arte-xavega-um-ano-de-fois-e-tudo-na-mesma/>. Acesso em: 4 fev. 2017.

- BACELAR, Tania. Política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. *In*: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (org.). *Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 8.).
- BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, jul./set. 1991.
- BRANDÃO, Raul. *Os pescadores*. Lisboa: Bertrand, 1923.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI). *Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão preliminar)*. Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território - PNOT”. Brasília: MI, ago. 2006.
- CHAVES, Carla Maria Stella Ramôa da Silva. *Mapeamento participativo da pesca artesanal na Baía de Guanabara*. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CNPQ-MDA-SPM, 2014 -chamada CNPq/MDA/SPM-PR No 11/2014 - NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA PESCA COM ARTE XÁVEGA. *Relatório de Caracterização da Pesca com Arte-Xávega*. Lisboa: Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura; Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, 2014.

COMISSÃO EUROPEIA (CE). *Carta Europeia do Ordenamento do Território, de 20 de maio de 1983*. Recomendação (84) 2 do Comité dos Ministros aos Estados Membros. Adotada na Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território em Torremolinos, Espanha, 1983. Estrasburgo, França: Comissão Europeia, 1984.

COMMISSION EUROPÉENNE (CE). Comité de Développement Spatial. *Schéma de Développement de l'Espace Communautaire*. Vers un développement spatial équilibré et durable du territoire de l'Union européenne. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes, 1999.

COSTA, Fernando Correia da; FRANCA, Maria de Lourdes Paes. *Pesca Artesanal na Costa Algarvia – Subsídios para o conhecimento do seu estado actual*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação das Pescas, 1982.

DELICADO, Ana *et al.* Pescadores, conhecimento local e mudanças costeiras no litoral português. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, v. 12, n. 4, dez. 2012.

FONDS INTERNATIONAL DE DÉVELOPPEMENT AGRICOLE (FIDA). *Cartographie participative et bonnes pratiques*. Roma: FIDA, 2009. Disponível em: https://www.ifad.org/documents/38714170/39144386/pm_web_f.pdf. Acesso em: 13 fev. 2018.

- GORAYEB, Adryane. *Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo erradicação da miséria*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: https://clinicadotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/cartilha-cartografia-social_1.pdf. Acesso: em 13 fev. 2018.
- GOVERNO prevê investir 900 milhões em obras no litoral. *Jornal de Negócios*. 15 jan. 2018. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/ambiente/detalhe/governo-preve-investir-900-milhoes-em-obras-no-litoral>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- GUÉRIN-PACE, France; GUERMOND, Yves. Identité et rapport au territoire. *L'Espace géographique*, v. 35, n. 4, p. 289-290, 2006.
- HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HIRT, Irène; ROCHE, Stephane. Cartographie participative. CASILLO I. et al. (dir.). *Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation*. Paris: GIS Démocratie et Participation, 2013. Disponível em: <https://www.dicopart.fr/cartographie-participative-2013>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Superintendência Regional do INCRA em Alagoas – SR-22. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. *Regularização de Territórios Quilombola. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Povoado Tabacaria*. Maceió: INCRA, 2007.

- LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. In: SILVA, Christian Nunes da; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva, OLIVEIRA NETO, Adolfo. *Ensino de geografia e representação do espaço geográfico*. Belém: GAPTA/UFPA, 2013. p. 255-290.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- LOPES, Helena; LOPES, Paulo Nunes. A Arte Xávega na costa centro e norte de Portugal processos de adaptação e mudança. In: PONENCIA DE ANTROPOLOXÍA CULTURAL (org.); LOURIDO, Francisco Calo (coord.). *Antropoloxía Mariñeira: Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde*, Pontevedra, 10-12 de xullo de 1997. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1998.
- LOPES, Helena; LOPES, Paulo Nunes. *A safra: aos pescadores da Arte Xávega*. Lisboa: Horizonte, 2005.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro, Memória da Terra e do mar. Os mais pobres dos pobres e o mais belo barco do mundo. Cultura Avieira Um Património, Uma Identidade, *Folha informativa*, Santarém, Instituto Politécnico de Santarém, n. 9, 2010.
- MARQUES, Maria João, *Arte Xávega em Portugal: Uma Arte Secular em Decadência*. Organização, caracterização e Declínio. Porto: Faculdade de Letras, 2011.
- MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In: OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL*, 2003, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003. p. 43-47.
- MORAES, Antonio Carlos R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. *In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI). SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR). Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MI / SDR, 2006. p. 43-48.
- NASCIMENTO, Sueli Maria do; DIAS, Luana, Laiza PORTO. Gente em Movimento identidade quilombola e ocupação de território *In: Congresso Acadêmico da UFAL* 2007. Palmeira dos Índios, AL: UFAL, 2007.
- NUNES, Francisco Oneto. Dois séculos de Arte Xávega: Capitalismo, decadência e organização do trabalho. *Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 441-464, 2011. Disponível em: <https://ahcravo.com/2010/09/27/capitalismo-e-decadencia-de-francisco-oneto-nunes/>. Acesso em: 18 out. 2017.
- NUNES, Francisco Oneto. O trabalho faz-se espetáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar. *Etnográfica*, v. 7, n. 1, p. 131-157, 2003.
- NUNES, Shauane Itainhora Freire. *A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do povoado Mosqueiro/Aracaju-SE*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, 2003, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2003.

LOUDINOT, José Reginaldo Angel de Quadros. Livro I. Câmara Municipal de Aveiro. p. 271.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura e do Mar (MAM). *Decreto-Lei 61, de 23 de abril, 2014*. Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto, que cria o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, e procede à sua republicação em anexo. Lisboa: MAM, 1999. Disponível em: https://www.dgrm.mm.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&actualmenu=3850472&selectedmenu=3850479&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=1475209. Acesso em: 3 out. 2017.

RODRIGUES, Hélia Carla Amado. *Arte Xávega na Comunidade da Praia da Vieira de Leiria: a sua Patrimonialização*. 2013. 70 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais) – Departamento de Economia Política, Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

RÜCKERT, Aldomar A. A política nacional de ordenamento territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. v. XI, n. 245, 1 ago. 2007.

SANTOS, Bruna Maria Pereira dos. *A Arte Xávega em Espinho*. Notas para compreensão da Arte Xávega como Património Imaterial. 2015. 86 f. Relatório de Estágio (Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural) – Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

SANTOS, Everson Cardoso dos; SAMPAIO, Cláudio Luis Santos. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil) de Tradicional a Marginal. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 13, n. 4, p. 513-524, 2013.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Sandra Cristina Ferreira dos. *Vagos - Memórias de um Povo Lutador*. Pias-Lousada, Portugal: Reviver, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo (coord.). *Os pescadores na História do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes; Comissão Pastoral dos Pescadores, 1988.

VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva; AZEVEDO, Maria Alice Capitó Ferreira de; MARTINS, Samyra Santos. Desenvolvimento territorial e empoderamento das mulheres rurais: a experiência das ATGS (Articuladoras de Gênero) na consolidação do Território Litoral Mata Sul e Regiões Lagunares em Alagoas. *In: ENCONTRO NACIONAL GRUPO DE PESQUISA ESTADO, CAPITAL, TRABALHO E AS POLÍTICAS DE REORDENAMENTOS TERRITORIAIS*, 4.; FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO, 10., 2017, São Cristóvão, SE. *Anais [...]*. São Cristóvão, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2017. Disponível em: <https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt3-07-desenvolvimento-territorial-e-em-poderamento-das-mulheres-rurais.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. Territoire: Cultural Survival et matériaux d'un peuple - L'art Xávega à Praia da Vagueira- Vagos/Aveiro-Portugal. *Diversitas Journal*, v. 5, n. 2, p. 1042-1067, 2020.



CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
casaleiria@casaleiria.com.br



